

## AS POTÊNCIAS REVISIONISTAS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS – UMA NOÇÃO EQUÍVOCA

**ANTÓNIO HORTA FERNANDES**

[ahf@fcs.unl.pt](mailto:ahf@fcs.unl.pt)

Docente do Departamento de Estudos Políticos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (Portugal). Investigador do IPRI-Nova. Estrategista e polemologista

### Resumo

O presente artigo pretende mostrar que o sintagma nocional *potência revisionista* na cena internacional carece de fundamentação. Não apenas está crivado de fortes conotações ideológicas ao serviço de determinados enquadramentos de poder, como não é minimamente operativo. Dada a importância da lógica soberana nas relações internacionais, todas as potências são, sem excepção, revisionistas. Por conseguinte, se todas o são, em particular as dominantes, nenhuma o é em concreto e por definição tipológica.

### Palavras-chave

Soberania; potência revisionista; ideologia; excepção

### Abstract

This article intends to show that the syntagma revisionist power in the international scene lacks foundation. Not only is it riddled with strong ideological connotations at the service of certain frameworks of power, but it is not at all operative. Given the importance of sovereign logic in international relations, all powers are, without exception, revisionist. Therefore, if all are, in particular the dominant ones, none is in concrete and by typological definition.

### Keywords

Sovereignty; revisionist power; ideology, exception

### Como citar este artigo

Fernandes, António Horta (2022). As potências revisionistas nas Relações Internacionais – uma noção equívoca. *Janus.net, e-journal of international relations*, Vol13 N2, Novembro 2022-Abril 2023. Consultado [online] em data da última consulta, <https://doi.org/10.26619/1647-7251.13.2.1>

Artigo recebido em 17 de Fevereiro de 2022, aceite para publicação em 10 de Abril de 2022





## **AS POTÊNCIAS REVISIONISTAS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS – UMA NOÇÃO EQUÍVOCA<sup>1</sup>**

**ANTÓNIO HORTA FERNANDES**

Antes de iniciar o excuro argumentativo, até porque o mesmo poderá parecer menos convencional se o observarmos de acordo com um campo de visão muito estrito, leia-se estreito e especializado, isto é fechado hermeticamente no seu próprio campo disciplinar, importa esclarecer umas quantas coisas sobre os pressupostos metodológicos e conceptuais do presente artigo.

Não se trata de um artigo analítico *tout court*, muito menos de uma análise descritiva de teor positivista. Nem tão pouco de levantar uma questão a que se não dê resposta, ou tão-só carrear argumentos, ao jeito de subsídios, para a formulação desimpedida de uma posterior questão. Inclusive a abordagem assumidamente problematológica em si de Michel Meyer (Meyer: 1991), a título de exemplo, acrescenta infinitamente mais saber em comparação com tais aproximações à aproximação, por assim dizer.

O presente artigo pretende-se meta-analítico. Por conseguinte, não irá discorrer sobre o tema das *potências revisionistas* nos discursos realistas, onde aparece de forma mais candente, ainda que não em exclusivo. Os instrumentos usados não serão, em grande medida, os das escolas teóricas de Relações Internacionais, não por qualquer menoridade epistemológica destas, mas porque se constatou que, para desmistificar e desnaturalizar os argumentos consabidos em torno à problemática em causa, as fontes externas às Relações Internacionais permitiam um olhar mais remunerador e até mais isento (que não neutro ou imparcial). Afinal, a interdisciplinariedade hoje reganhou, e bem, favores acrescidos.

Por outro lado, a meta-análise permite igualmente entroncar com o cada vez mais indispensável registo normativo, estimulando os juízos de valor e contornando com relativa facilidade a serôdia distinção grosseira entre factos e valores, desmontada por protagonistas tão distintos como sejam Lévi-Strauss (Lévi-Strauss, 1962), Rorty (Rorty, 1988), Hilary Putnam (Putnam, 1992: 161-190) ou Robert Brandom (Brandom, 2000), com a passagem do representacionismo ao inferencialismo, mas já antes completamente encurralada (diríamos mesmo posta fora-de-jogo) pela hermenêutica, em particular, a variante heideggeriana.<sup>2</sup> De qualquer forma, convém sumarizar ainda umas quantas reflexões sobre as putativas virtualidades da *epoché* nas ciências sociais.

<sup>1</sup> Estamos gratos a Ana Santos Pinto pelos sábios comentários a uma primeira versão, ainda incipiente, do presente artigo apresentada em público, em relação ao qual ela foi *discussant*, estimulando reflexões que viriam a ser incorporadas no produto final. Naturalmente, todas as insuficiências ou demasias permanentes são da nossa exclusiva responsabilidade.

<sup>2</sup> O problema não está em escapar ao inevitável círculo hermenêutico, antes em como entrar bem ou mal nele (Heidegger, 1998: 27). Para evitar entrar mal nele, a nosso ver, é que necessitamos, em geral, de



As ciências sociais tendem a colocar entre parêntesis as pretensões de verdade, ou de justeza existencial e ética dos seus objectos. Qualquer que seja o objecto, o mesmo é reduzido ao conteúdo de registos e práticas históricas e/ou espaciais diferenciadas que deixaram ou deixam marcas e exerceram ou exercem determinados efeitos. Contudo, sobre a validade intrínseca, a verdade, o horizonte de sentido, os anelos tecidos em torno desse objecto, e sobretudo, sobre os vínculos da sabedoria, essa arte (antecedente e subsequente) de saber-se compenetrado de há muito com o mundo, tornando-o relevante (incluindo os implícitos decisivos dessa compenetração, apesar de serem muito dificilmente tematizáveis na íntegra, ou sobretudo por isso mesmo) e, por consequência, tornando os “objectos” objectos, isto é, dignos de atenção, estudáveis, os cientistas sociais nada parecem ter a dizer - ou nada devem ter a dizer, o que já só por si significa algo muito pouco neutral. Uma tal postura seria aceitável se a suspensão de juízo apenas fosse provisória e metodológica, para se inteirar do objecto. Todavia, a suspensão do juízo é definitiva, logo epistemológica, e posição de fundo, logo ontológica e ética. Mas então trata-se de um verdadeiro problema, porque não estamos diante de uma posição coerente em termos epistemológicos, nem ontológica nem eticamente neutra, já que esconde uma normatividade no suposto registo descritivo *versus* normativo.

Quando, na verdade, é a intimação da realidade integral, em toda a sua espessura, incluindo os benjaminianos índices secretos, e inapelavelmente caldeada pela visada da vida, historicamente situada, a ser desestimada pelas ciências sociais, como se as questões da verdade, do sentido, da experiência, da sabedoria fossem despiciendas, ou fossem de si, e então esclarecidas, isto é, dissolvidas, quando a cortina que encobriria os objectos tivesse sido finalmente levantada e as realidades se mostrassem enquanto tais, no seu senso unicamente objectual, destilado. Como se por fim se pudesse, porventura, apresentar aquela realíssima política externa do actor x, despida de todas as idiosincrasias cognoscitivas e ambientais, a (contraditória) coisa em si, um vinho finalmente puro, liberto de *terroir*, mas também de uva.

Em síntese, e *a contrario*, o presente artigo pretende apresentar se não uma tese, um ponto de vista, uma perspectiva, em sentido filosoficamente qualificado; e como tal não é neutro. Não há perspectivas neutras a não ser, e permita-se-nos o socorro imediato das palavras de Nietzsche, aquelas feitas dessa “caça mansa, débil, farejante, própria dos sorrateiros que rezam baixinho”; no fundo “dessa casta de lúbricos eunucos, especados perante a história”, “meio frades, meio sátiros”, não querendo ser cúmplices com a realidade integral, preferindo uma *estéril* visão olímpica, panorâmica, à vista de pássaro.<sup>3</sup>

Estamos conscientes de que este trabalho pode ser encarado como enfermando de uma excessiva robustez teórica. É conveniente, por isso, frisar tratar-se de um trabalho de teoria das relações internacionais, na vertente meta-analítica interdisciplinar.

---

outras ferramentas distintas daquelas proporcionadas pela ciência das relações internacionais, sem sair dela. O uso de sintagmas tais como *sistema internacional* para caracterizar a realidade internacional, ou a projecção da existência de relações internacionais a períodos anteriores à Idade Moderna, não abona em favor de uma exegese esclarecida – pese embora os notáveis esforços de Andreas Osiander nesse sentido (Osiander, 2007). Tudo isto apesar de parte do nosso envolvimento com a academia implicar desde há muitos anos a leccionação da disciplina teoria das relações internacionais.

<sup>3</sup> As palavras de Nietzsche são retiradas de duas obras: *Assim Falava Zaratustra* (Nietzsche, 1996a: 210) e *Para uma Genealogia da Moral* (Nietzsche, 1997: 196).



Avonde, nas Relações Internacionais, menciona-se a noção de *potências revisionistas*, em rigor, entidades políticas com capacidade para transformar o seu potencial em aplicações concretas em determinados pontos do espaço-tempo, portanto, poderes revisionistas.

O sintagma em causa é usado com alguma desenvoltura, a que não corresponde, tanto quanto possamos conhecer, uma estrita análise a montante do seu significado e, como tal, da bondade da sua utilização, mal agasalhada de provas.

Desde logo, revisionistas são aqueles que pretendem e hipoteticamente conseguem, pelo menos tentam-no, rever determinado estado de coisas, uma particular ordem, caso ela exista estruturada, e no caso em apreço, alterar a cena internacional, presume-se em favor de quem a revê, eventualmente por a considerar desequilibrada, injusta, pouco inclusiva, o que for que se possa oferecer como justificação. Naturalmente, e na medida em que se trata de um proscénio plural, aquelas entidades melhor adaptadas à situação por ora normalizada, tendem a contestar a revisão.

Já só por aqui se vê, embora esta não seja a temática do artigo e como tal não nos podemos centrar nela, até porque não parece haver nada de relevante a dizer, quão redundante e ocioso é o conceito de *segurança ontológica*. É redundante e ocioso na base porque qualquer actor além de ter de cuidar da preservação do seu ser, como condição mínima de sobrevivência e de subsistência, pretende, além disso, perseverar no seu ser, naquilo que toma como o seu próprio ser. Redundante e ocioso no topo, digamos assim, porquanto a realização do próprio ser é diferente conforme a identificação que dele se faz e consoante os objectivos a atingir. Uns querem ser deixados em paz, outros almejam rever a suposta ordem, porque não faria justiça aos desígnios inerentes à própria identidade. Outros ainda acham que essa ordem condiz na perfeição com o ser que almejam ser na íntegra e que guia a sua plena materialização. Por fim, há aqueles que se definem como paladinos da ordem a manter, porque pensam que o seu ser, a sua natureza se justifica na hegemonia ou na preponderância, até para o bem de todos. Claro que muitas outras variantes seriam aqui possíveis, seja como for, o que todas mostram, dada a diversidade e incompatibilidade de um número significativo dentre elas, é que o conceito de *segurança ontológica* é um conceito vazio. Estou seguro quando há uma tensão criativa, uma compatibilidade entre o “já” e o “ainda não”. Mas o significado dessa compatibilidade é demasiado vasto para o conceito de segurança o poder abarcar de forma minimamente operacional. Outrossim, a tensão fundacional entre o “já” e o “ainda não” na cultura ocidental remete para um abrir-se de si que está justamente nos antípodas do conceito de segurança, do seu assenhorear-se ontológico de um sentido de pertença cerrada ou nem tanto, de uma essência satisfeita, de um planar conformado no jogo das essências sem o pôr em causa, sem nunca conseguir escamotear a deriva imunológica sempre à espreita na segurança. Mas curiosamente, quando o campo parece, por fim, despejar-se, para demandar alguma coisa útil, entrando no território da ontologia, a ciência das relações internacionais arreda caminho e escusa-se a alguma coisa dizer. Em suma, face ao conceito, ou sintagma conceptual de *segurança ontológica* estamos diante de um marco estéril e à sua volta, quando muito, de uma zona umbrosa, convidando mais à cerração do que à clareza.<sup>4</sup>

<sup>4</sup> Para uma leitura que leva a sério o conceito de *segurança ontológica*, embora nos pareça não adiante muito mais que aquilo que dissemos, veja-se (Mitzen, 2006).



## O uso ideológico e pragmática do sintagma *potência(s) revisionista(s)*

Nenhuma das considerações acima feitas, perfeitamente triviais, quando aplicáveis, teria particular acutilância crítica se na prática a noção (em forma de sintagma nocional) de *potência revisionista* não fosse usada para cimentar posições fortes de poder em detrimento de terceiros, a começar pela condução retórica da realidade internacional, isto é, em termos não apenas dos sinais dados, e no caso de afrontamento, em termos de estratégia declaratória, mas na própria conformação de base dos discursos acerca daquilo que é legítimo ou não o é, ou acerca do que é ou não justificável. Mais, procurando criar determinadas mundividências, a ponto de inculcar na mente de decisores, investigadores, ou nas populações em geral, uma pré-compreensão da justeza das concepções, a passar então como a natureza das coisas, da realidade tal como ela é, carecendo, portanto, de alternativa. Apesar de estarmos perante realidades humanas, mutáveis, intersubjectivas, não apodícticas.<sup>5</sup>

Dir-se-ia que sempre assim aconteceu. Pode muito bem ser, se não quisermos abrir mais frentes, e de forma erística aceitarmos, por mor do argumento, não só retroprojectar as relações internacionais aquém da Idade Moderna (não o podemos), como projectar nos actores primodernos e não só intuitos de raiz exclusivamente guiados por uma lógica maquiavelana de poder. Todavia, o problema mantém-se porque reside antes de mais no impensado na ciência das Relações Internacionais sobre a questão; na assunção acrítica de que há *mesmo* potências revisionistas e outras que o não são, ou não o são tanto, ou ainda não o são tendencialmente. Como se houvesse uma matriz escrita algures, sabe-se lá onde, à qual recorrer enquanto tira-teimas. Não por acaso, Henri Kissinger refere-se, na sua própria terminologia, às potências revolucionárias como aquelas dotadas de uma auto-consciência levada sem titubear até à conclusão final de propósitos, por oposição à ordem estabelecida caracterizada pela espontaneidade (Kissinger, 2013:3). Expressando a espontaneidade a ideia de um aflorar que se manifesta sem constrangimentos, num acordo quase óbvio com a natureza das coisas, ou num coincidir consigo mesmo, consentir no trânsito de si a si (uma espécie de *oikeiosis*) por oposição ao esforço reflexivo de se colocar em causa, parecendo sempre comportar algo de artificial. Como se os homens não fossem seres reflexivos e não habitassem a linguagem. O que transforma de imediato aquela que parecia ser uma mera constatação, denotação, mas comporta afinal um pressuposto ontológico e normativo, num apodo duvidoso: se o espontâneo parecia identificar-se “espontaneamente” com o positivo, revirando a metáfora da reflexividade em torno do ser homem, deparamo-nos com as virtualidades da auto-reflexividade e das potências que a praticariam contra todo o espontâneo, agora identificável com o simplesmente orgânico e sem mundo (no sentido heideggeriano). É o problema com as acusações implícitas e impensadas.

<sup>5</sup> Pressupondo, além do mais, na esteira de um positivismo grosseiro, não só uma espécie de determinismo das coisas humanas, como um suposto determinismo epistemológico em relação ao conhecimento do mundo, como se a realidade se impusesse sem mais aos homens, quando nem sequer em Aristóteles o percipiente é um mero espelho dela (Aristóteles, 2010: 2, 426a) Seria bom não esquecer, incluindo o dramatismo, com mais ou menos razão, as palavras perspectivistas de Nietzsche: “aquilo a que nós, actualmente, chamamos o mundo, é o resultado de uma quantidade de erros e de fantasias, que surgiram paulatinamente, durante toda a evolução dos seres orgânicos, se soldaram uns aos outros e, agora, nos são transmitidos por herança [prolegómenos à ciência normal kuhniana, mas não no sentido mais bastardo dos impensados inassumidos, por nós relevados] como tesouro acumulado do passado inteiro – como tesouro, pois o *valor* da nossa humanidade repousa sobre isso” (Nietzsche, 1996b: 37).



Em primeiro lugar, acusar determinado actor político na cena internacional de ser um poder/potência revisionista – falamos em acusar porquanto é disso que se trata; nem que seja implicitamente diz-se que aquele ou aqueloutro não é dos nossos, pelo menos não é dos nossos em determinados contextos pregnantes, como acontece com os visados por acrónimos como BRIC ou PIGS, mesmo quando os próprios visados o adoptam sem lhe medir as consequências<sup>6</sup>; quando não é tratado simplesmente de jagodes – pressupõe que a situação ou ordem vigente está, no mínimo, justificada, sendo estranho que alguém atente contra ela, ou a queira pôr em causa. A dita ordem ou cenário historicamente imposto tende a passar por natural, porque alguém o quer e deseja muito que assim continue.

É claro que um investigador pode sentir-se bem como cidadão dentro do *statu quo* vigente. Este pode verdadeiramente ser mais justificável que um outro a várias luzes, ou podemos oferecer boas razões nesse sentido. Não obstante, nada justifica que cientificamente essa ordem ou situação seja tomada como solo inquestionado, com base no qual se coloca depreciativamente entre parêntesis as pretensões de terceiros.

A título de exemplo, poderá a Rússia putiniana, ou simplesmente a Rússia ser considerada uma potência revisionista apenas porque parece desafiar uma lógica de habilitação da cena internacional defendida pelos decisores norte-americanos e os principais decisores do resto da Europa (sendo naturalmente a Rússia uma potência europeia, com um território que se expande aos confins da Ásia)?<sup>7</sup> Quem decide que a ordem norte-americana, ou uma subjacente e suposta ordem ocidental é a *Ordem*? Basta pensar o problema em termos cartográficos para compreender o quão ideológico se está a ser. Na Europa desde há muito se utiliza a projecção de Mercator para o planisfério. Todavia, nos EUA, a projecção de Miller recolhe igual ou superior favor. No entanto, ambas as projecções são diferentes e o facto deveria fazer pensar a quem defende uma posição transatlântica à *outrance*, ainda que costurada em valores europeus. É que na projecção de Miller as Américas ocupam um lugar central.

E o que dizer das projecções chinesas, já materializadas pelos cartógrafos jesuítas (Matteo Ricci) no século XVII? Acaso não poderão os chineses ver o mundo à sua medida,

---

<sup>6</sup> Acerca da lenda negra que recaiu sobre uma Espanha imperial e católica, ainda persistente, e extensível, *grosso modo*, a toda a Europa meridional, veja-se o controverso mas bem documentado livro de María Elvira Roca Barea (Roca Barea, 2017). Não deixa de ser irónico observar o espaço anglófono e protestante em geral, vencedor político da modernidade, ao tempo, a batalhar encarnadamente como “revisionista” mediante a criação de uma feroz propaganda anti-sistema. E o que não dizer, nós portugueses, de BRIC, englobando o Brasil, uma cultura aparentemente irmã, membro da CPL, como se fosse um corpo estranho, um corpo a ser designado por um acrónimo, por isso mesmo tomando este último por bom, normalizando-o. E se inventássemos também um acrónimo infeliz e horripilante, USAFRAG, para designar em conjunto os Estados Unidos, a França e a Grã-Bretanha, ou, em inglês, a Alemanha, *Germany*?

<sup>7</sup> Acerca do nascimento da russofobia às mãos dos iluministas franceses, veja-se (Roca Barea, 2017: 93 ss.). O chamado Grande Jogo, sobremaneira na segunda metade do século XIX, por causa das marcas orientais dos impérios russo e britânico em ascensão, inteirou a opinião pública britânica contra a Rússia. Produto disso é a estonteante e turva geomaquia de Mackinder, que muito ajudou a conceber uma dicotomia geopolítica entre poderes terrestres, epirocáticos, e poderes marítimos, talassocráticos, de grande futuro na geopolítica, mas sem qualquer base científica, a não ser o receio contextual e atávico do poder russo, supostamente semi-asiático (Mackinder, 1981). A edição por nós manejada, correspondente à visão do autor de 1919, contém, no entanto, o estudo pioneiro “The Geographical Pivot of History”, de 1904, bem como, a última demão mais optimista, dado a emergência mundial do poder militar norte-americano, “The Round World and Wining of the Peace”, de 1943. Na verdade, é aquando da Guerra da Crimeia que a opinião pública inglesa é pela primeira vez mobilizada em força contra o colosso russo, mas já na primeira metade do século XIX, nomeadamente em torno do falso Testamento de Pedro o Grande e da causa polaca, a antipatia pela Rússia vinha crescendo (Figs, 2012: 141 e ss.).





sem que isso signifique qualquer ilegitimidade. Os EUA dispõem, pelo menos nominalmente, de comandos militares abrangendo o orbe inteiro. E se outras potências, em particular a China, anunciassem a mesma pretensão? No mínimo seriam apelidadas de revisionistas, de se quererem transformar em potências militares globais, sem pedir licença aos poderes instalados. Mas como e quem instalou a potência dominante? Contudo, bem sabemos ser esta uma leitura melíflua, porque perante um tal cenário iminente o mais provável era clamar a trombetas vir o mundo por aí abaixo de cambulhada; a desordem instalada. Como se os revisionistas fossem por definição perturbadores e desordenadores.

De resto, espontaneamente, muita gente perfilhando racionais realistas pensa assim. Curioso, porque a lógica inerente à soberania é que é, como veremos, no essencial, discricionária, vivendo da instabilidade estrutural característica do seu afã de poder e não de um qualquer mecanismo de regulação homeostática, o qual lhe é completamente estranho. Em qualquer caso, se perscrutarmos a matriz dos realismos, dificilmente se pode defender uma ideia qualquer de ordenação que não seja em termos lógicos mera consequência pragmática dos interesses e, como tal, não uma verdadeira ordem fundada ou fundável. Se buscarmos pelo lado seminal da anarquia, nesse caso e por definição, a sustentação de uma ordem atacada por supostos revisores/perturbadores não faz qualquer sentido – bem assim, a própria ideia de anarquia internacional não o faz, porque se a matriz realista assegura serem as relações internacionais, no essencial, relações de poder, o factor estruturante é o poder, ainda que não seja um poder central constrangedor, mas o poder de cada um por si. Porém, se isso significar anarquia internacional, estamos já diante de uma contradição. A anarquia não pode ser o factor estruturante, porque isso quereria dizer que tem o poder de ser determinante, de estruturar, quando a anarquia significa ausência de poder e/ou estilhaçamento desse poder. No melhor dos casos, a anarquia internacional seria desestruturante.

Na prática, se atendermos a que um suposto estado de natureza apenas encontra um símil mais próximo da realidade no poder concentrado da lógica soberana, a ideia de polícia internacional de uma ordem (?) “cosmopolita” não seria a de Kant antes a de Cecil Rhodes, para parafrasear um conhecido filósofo italiano (Losurdo, 2016: 269). Em qualquer caso, a moral subjacente é óbvia: nem a democracia, nem o liberalismo são apanágio da ordem ou, pelo contrário, da desordem. A natureza do poder soberano e a tenacidade para fazer a guerra envolve tanto o liberalismo, como a democracia, como outros modelos políticos. Como já constatara Hamilton, nem instituições livres representativas, nem comércio livre são só por si garantia de paz ou do que seria um verdadeiro comportamento ético estabilizador, movido pela ampliação de horizontes e a abertura ao outro, um viver bem com e pelo outros no seio de instituições justas aplicado à cena internacional, a um cosmopolitismo, digamos assim, integrando de forma nuclear a particularidade. Ao contrário, a experiência mostra o bem fundado das interrogações de Alexander Hamilton:

*Na prática, foram as repúblicas menos dadas à guerra do que as monarquias? [...] Não existem aversões, predilecções, rivalidades, e desejo de aquisições injustas que afectam as nações tanto como os reis? As assembleias populares não são frequentemente sujeitas aos impulsos da ira, ressentimento, inveja, avareza, e outras predisposições irregulares e violentas? Não é bem conhecido que as suas determinações são muitas vezes governadas por um*



*punhado de indivíduos em quem depositavam confiança, e são, é claro, propensas a ser influenciadas pelas paixões e pontos de vista desses indivíduos? O comércio fez até agora alguma coisa além de modificar os objectos da guerra? Não é o amor das riquezas uma paixão tão dominante e empreendedora como a do poder ou da glória? Não existiram muitas guerras fundadas em motivos comerciais[...]?* (Hamilton, Madison, Jay, 2003: 6, 57-58).

Além do mais, é nosso dever tornarmo-nos suspicazes quando, num mundo bastante desontologizado, ou em todo o caso, particularmente sensível à disseminação de ontologias plurais, pelo menos em teoria, de forma súbita a ideia de ordem passa a revestir-se de uma quase inviolabilidade, para voltar a ser descartada mais à frente, desfeito o perigo – por exemplo, no âmbito das relações Leste/Oeste, ninguém pareceu em especial preocupado aquando dos momentos de fraqueza internacional, mas também de *débâcle* social, da Rússia de Ieltsin.<sup>8</sup>

Na verdade, é muito fácil perceber que a aplicação do sintagma *potência revisionista* depende de um particular enquadramento ideológico e de poder, quantas vezes nefário. Numa leitura completamente distinta, por exemplo, uma geopolítica da paz e dos pobres, com ou sem teologia da libertação, poderia muito bem configurar o mundo de outra forma, pondo em causa toda a lógica mais ou menos realista das potências, instaladas ou em instâncias de revisionismo.<sup>9</sup>

Por outro lado, a problemática da ordem de acordo com racionais realistas levar-nos-ia a um outro ponto que, pela sua dimensão, aqui apenas podemos apontar: o das enormes aporias de uma pretensa ética realista, se não mesmo do oximoro de querer descortinar um registo de raiz ético numa base assumidamente de poder e dos interesses daí decorrentes. Seja em função de uma ética material como a de Kant, seja a partir da definição de ética de Ricoeur – viver bem, com e pelos outros, no seio de instituições justas (Ricoeur, 1998) –, dificilmente configurável como material ou formal, são escassíssimas, para não dizer nulas, as possibilidades de fundar uma ética realista. Naturalmente, nos mais variados casos, podemos pensar em posturas éticas, ou vistas como éticas, num quadro realistas. Posturas estudadas, eivadas de segunda intenções, é certo, mas cuja ausência acarretaria consequências ainda piores, obrigando à prudência; podendo nelas vislumbrar-se não apenas o calculismo mas igualmente o milenar registo dianoético. Porque os decisores estariam ainda presos por finos liames a uma ética da responsabilidade. Ainda, referir uma ética como um todo, uma ética

<sup>8</sup> De tal forma a cena internacional parece desontologizada - o mesmo é dizer não levando a reflexão até às últimas consequências, interrogando as raízes do ser, não investido directamente nos problemas ontológicos regionais levantados pelo objecto em causa -, que um realista da talha de Kenneth Waltz identifica anarquia com a ausência de governo, sabendo não existir um árbitro na cena internacional (Waltz, 1979: 102). Quando uma tal ausência não implica necessariamente a inexistência de regras políticas comuns, como o mostram as teses da 2ª escolástica (teses que configuram a primeira aproximação teórica às relações internacionais) e, até certo ponto, as primícias das relações internacionais de facto emergentes no período primomoderno. Ideia igualmente desontologizada da cena internacional, mas implicando uma leitura aparentemente distinta de anarquia, têm-na, por exemplo, o construtivista Alexander Wendt (Wendt, 1999: 246-312).

<sup>9</sup> Para uma actualização teológica das chamadas teologias do Sul, altermundistas em sentido próprio, confira-se (Tamayo, 2017). Para uma perspectiva crítica da política pouco menos do que "revisionista", seguindo o senso comum, da potência vencedora da guerra fria, veja-se (Dower, 2017).





inerente a uma determinada forma de ser e de agir é bastante distinto. Implica um comportamento estrutural fundamentalmente ético, ou eticamente inspirado nos seus fundamentos, ou ainda que a fonte última que sobraça e alimenta os seus fins tenha natureza ética. Ora, nada disto pode a matriz realista comportar sem contradição, por maioria de razão, muito menos a lógica soberana de puro poder, totalizante, que veremos de seguida. E de nada vale objectar ser a lógica soberana um transvase categorial moderna do teológico para o secular, importando, por consequência, as características do seu modelo. Precisamente, na transposição dos caracteres reside o problema, na diferença abissal entre criador e criatura. A onipotência de Deus convive com a máxima liberdade da criatura, melhor, a sua onipotência consiste nisso mesmo, no entregar-se por completo à criatura, deixando-lhe espaço (teonomia). Já a criatura, sendo inapelavelmente finita, limitada, não sendo ubíqua, onde ela está não pode estar senão, no máximo, a sombra de outro, o que ela é não pode ser mais ninguém, pelo que a mimese da onipotência só pode ser feita à custa dos outros, esvaziando o poder dos outros, numa interminável fuga para a frente a ver se consegue a impossível libertação da falibilidade.<sup>10</sup>

Assim sendo, a mera desconstrução ideológica ou de bom senso epistemológico fere as pretensões mais recalcitrantes e impensadas, mas deixa intacta a bondade última do sintagma; deixa-lhe apenas, e não é pouco, porque sem em instância de se querer transformar em algo mais, o espaço de aplicação pragmático, de acordo com uma leitura de fundo perspectivista. Ora, o sintagma *potência revisionista* não se tem de pé, se pensarmos bem, pelo que não basta esta desconstrução primeira. E pouco importa aqui se a noção de potência revisionista está sobremodo presente na *Power Transition Theory*, ou noutra corrente qualquer. Na verdade, num artigo recente, que faz uma análise crítica da teoria de transição de poder, o internacionalista Randall Schweller, embora ponha em causa que as potências ascendentes têm de ser sempre revisionistas e que os revisionistas têm de ser necessariamente perigosos (mas perigosos para quem?), não abandona de todo o malfadado sintagma. Chega mesmo a defender serem os EUA um verdadeiro Estado revisionista, na condição, dubitativa pensamos, de *hegemon* recém-coroadado. Isto, porque, para Schweller, os maiores candidatos a revisionistas são os *hegemons* recém-criados e os *hegemons* em ascensão (Schweller, 2015).<sup>11</sup> Nem lhe parece passar pela cabeça o mais óbvio (e que à frente exploraremos), dada a natureza da lógica soberana e dos distintos raios de acção dos actores soberanos: quanto mais assentado e hegemónico é o actor (sem querer discutir agora se os *hegemons* são assim tão abundantes na cena internacional, ou que características detêm que os tornam passíveis de ser classificados como tais) maior é o seu poder “revisionista”.

<sup>10</sup> O tema do potencial de transcendimento do homem, muito presente, por exemplo, em Nicolau de Cusa, do ilimitado da liberdade, partícipe de uma outra liberdade inconsumptível, começa justamente no sair de si e não no retorno capacitado de poder a si.

<sup>11</sup> Estamos gratos a Ana Santos Pinto nos ter chamado a atenção para este artigo. A propósito da hegemonia, Ned Lebow defende que o sistema europeu de potências e o sistema internacional (a expressão *sistema internacional* é dele, bem entendido), quase nunca esteve caracterizado pela hegemonia. Da mesma maneira, defende igualmente que as guerras entre potências em ascensão e potências dominantes são pouco frequentes e não têm como motivação primária defender ou rever a ordem internacional vigente (Leebow e Valentino, 2009). Todavia, os autores nunca colocam em causa o sintagma *potência revisionista*, embora lhe retirem grande parte da sua pertinência prática. Não é que façam do tema mortinato, antes parecem sobrestá-lo.



## **A ideia de revisionismo face ao predomínio da lógica soberana**

Para bem ou para o mal, ou melhor, para o mal, certo é que o mundo moderno e contemporâneo continua delimitado pelas soberanias, ou pelos poderes soberano-governamentais, em conformação liberal, capitalista ou outra. Não querendo dizer com isto que as soberanias se limitem ao clássico Estado-Nação, quando a sua lógica tem contaminado outros actores, e quando a própria soberania tende a descolar, aqui e ali, como bem pretende Agamben, da própria matriz estatocêntrica e até do múnus de outros actores internacionais entretanto parasitados, como sejam as organizações internacionais, indo de si, na forma de polícia supranacional, invocando a segurança da comunidade internacional, ab-rogando as normas do direito internacional uma após outra, como se da suspensão interna de direitos em estado de excepção se tratasse (Agamben, 2001: 73-74). Pois bem, o principal caracterizador de um poder soberano e da sua lógica, o mesmo é dizer, de um poder absoluto, perpétuo e indivisível, o poder de dar e quebrar a lei, um poder majestático expurgador de toda a politicidade intrínseca do corpo político, reduzida a mera sociedade civil composta por *in-divíduos*, é a sua faculdade de proclamar o estado de excepção, de estar ao mesmo tempo dentro e fora da lei, ou dito de outra modo, da lei permanecer vigente sob a forma de suspensão, cobrindo o que em tempos normais deixaria de fora (Agamben, 2006: 106-106).<sup>12</sup> Quer isto dizer que embora a excepção seja excepção (independentemente da excepção se ir tornando cada vez mais normal, de se normalizar), é ela que estabelece o sentido último do poder, da formatação política, o valor de utilidade marginal da governação. E se é ela a estabelecer o preço, recortando discricionariamente a realidade quando tautologicamente lhe aprovar, no momento em que o faz a lei deixa de vigorar como força-de-lei e passa a vigorar de maneira informulável, não como pura força anárquica, porque tal estado de coisas isentaria os súbditos do poder, nem como a anomia sucessiva ao fim da ordem, mas como poder que tudo sujeita, a que se está abandonado, à mercê, num estado indefinido, grafado por alguns como força-de-lexi, por isso irrepresentável, mas não menos operativo e proficiente, pelo contrário (Galindo Hervás, 2005: 105). A soberania necessita assim de reinar dividindo, isolando, e cada vez se intromete mais na vida ordinária, recriando sucessivamente momentos de excepção (por razões securitárias ou outras). Mas também as duas coisas em conjunto, divisão e intromissão, porque isso gera mais desconfiança, apartamento, vontade imunitária e, por sua vez, maior premência na intromissão; para que nunca ninguém esteja limpo e as contas nunca se saldem, parafraseando uma notável passagem sobre o Estado de um romance de Javier Marías (Marías, 2017: 131).

Os poderes soberano-governamentais governam de forma expedita, aferrando os homens, devidamente dessocializados, aos efeitos colaterais e inesperados das leis gerais (algumas criadas, outras exteriores, naturais), ao administrar as consequências de tais efeitos. Ainda segundo Agamben, o paradigma soberano-governamental, ou mais propriamente teológico-económico, que está por detrás da biopolítica moderna e do triunfo do governo e da economia sobre qualquer outro aspecto da vida em comunidade, faz assentar a lógica de governo na previsão consciente dos possíveis efeitos colaterais

<sup>12</sup> O clássico nestas matérias é o livro de Carl Schmitt *Teologia Política*, de 1922, assim como a sua resposta de 1969, tardia no tempo, ao livro de Erik Peters, *O Monoteísmo como Problema Político*, conhecida por *Teologia Política II. A lenda da liquidação de toda a teologia política*. Manejámos a edição espanhola, agrupando os dois textos de Schmitt (Schmitt, 2009).



da (suposta) natureza mesma das coisas, da sua cadeia de causas e efeitos, às quais os homens foram previamente submetidos, os quais continuam a ser contingentes na sua absoluta singularidade. Esta acção governamental, tecida pela gestão de acaso e necessidade, providenciando o encontro fortuito com o destino, parece ter um carácter ao mesmo tempo impenetrável e milagroso, fazendo jus ao sentido de arcano inescrutável para-divino a que a soberania se arroga, como divindade possível, quer dizer, mortal, na Terra.<sup>13</sup>

Se substituirmos, por força do rigor analítico, mas também por causa da evolução da lógica soberana, a palavra *Estado* por *soberano*, embora ele esteja a pensar no Estado soberano, seja qual for a materialização dessa soberania, Nietzsche exprime muito bem o argumentado em face da nova realidade política moderna quando explica que,

*usei a palavra "Estado" e é fácil perceber o que com ela pretendo dizer: um bando de feras loiras, uma raça de senhores e conquistadores que, organizados para a guerra e possuindo força para organizar, cravam impiedosamente as suas temíveis garras numa população talvez muitíssimo superior em quantidade, mas ainda errante e desprovida de forma. É assim que nasceu no mundo o "estado", e suponho que deste modo fica arrumada de vez a ideia visionária [fantasia] que identifica o seu início com um contrato (Nietzsche, 1997: 99).*

Na cena internacional, a soberania esparze-se por vários actores, que a contragosto (como o elucida a passagem nietzschiana), mas sem ter outro remédio, acabam por se ter de reconhecer mutuamente, intersubjectivamente, ver no outro soberano um sujeito inteiro ao qual se reconhece o músculo suserano que apregoa ter, porquanto jamais é possível testar a par e passo esse outro para verificar se efectivamente vale o que diz valer. No fundo, no âmago das suas relações, as soberanias vêem-se compelidas ao reconhecimento de uma legitimidade essencial mútua que tanto se exime quanto transborda das relações de força. Contrariadas, vêem-se na impossibilidade de não aceitarem um estado de paz de princípio, porquanto nunca na realidade se dão em estado puro, variando também o seu raio de acção. Contrafeitas, as soberanias são remetidas a uma *impuissance* de base relativa mas não alijável, uma contenção de raiz a que não podem escapar, derivada ultimamente de uma hospitalidade umbilical como face mais própria do homem, à qual não conseguem deixar de ceder, ou pelo menos, não conseguem obviar.

Porém, não o devemos olvidar, a contenção estrutural imposta às soberanias não torna o seu poder menos absoluto, perdoe-se a expressão, simplesmente assinala que o

---

<sup>13</sup> No fundo, aparece pressuposta uma longa história actuante da ideia de providência, aqui no sentido em que a decisão soberano-transcendente (divina) determina os princípios gerais de ordenação do cosmos, confiando a sua administração a um poder gestor (económico) subordinado mas autónomo (daí falar-se em mecanismos soberano-governamentais), que vela para que os indivíduos estejam em permanência submetidos à férrea cadeia de causas e efeitos. Governando esse poder imanente (providência efectiva/destino) pelo ajustamento contingente e expeditivo face aos efeitos colaterais, inerentes à suposta natureza das coisas, que pingam sobre os indivíduos expostos ao encadeamento inexorável. Na medida em que o soberano, em sentido estrito, encarna cada vez mais um uno de muitos, como acontece com a soberania popular, mais necessário se torna operar por intermédio de agentes gestores, por definição, remetendo para a contingência expedita das acções, reproduzindo assim, da melhor maneira e de forma continuada, a excepção soberana (Agamben, 2008: 134, 144-145).



absoluto das soberanias é o possível de idear e de passar à prática em termos criacionais. Porque a única possibilidade de um mortal, e o soberano é um deus mortal, participar do “absolutamente absoluto”, para dizê-lo de alguma forma já ciente da falha lógica, é assumir a sua convocação como ser-para-o-outro. Na verdade, como atrás referimos, se o soberano fosse um verdadeiro deus jamais se comportaria como um soberano, apenas nas criaturas finitas circula o poder como tal e a sua vontade de totalização, porque o espaço que uma ocupa não pode uma outra ocupar, não pode estar lá integralmente e deixar todo o espaço à liberdade da outra, qual ser transcendente.<sup>14</sup>

O poder “que resta” às soberanias é ainda um poder *ab-soluto*, ao seu nível, tanto quanto o pode ser, um poder deslizante, sempre em movimento, porque não há poder entregue a si mesmo que cesse de se mover. É um poder normalmente, mas não necessariamente, actuante nas zonas de fronteira, de limiar (claro está, não apenas físicas, de fronteiras traçadas cartograficamente e juridicamente aceites entre Estados), os quais pretende reescrever. Bem se pode dizer dessas zonas que afinal são excepcionais, expressam confins, quando o fundamental é perceber que é a partir da excepção que se vai configurando e reconfigurando a ordem – um incidente nos Balcãs, em virtude do forcejar nessas zonas de fronteiras não levou ao primeiro grande cataclismo do século XX, reconfigurando a dita ordem mundial, mas sobretudo europeia?<sup>15</sup>

Destarte, é impossível fugir, em coerência, ao corolário lógico e (para infelicidade humana) bastante concreto: o de serem as potências enquanto soberanas por natureza revisionistas. A própria natureza da soberania, digamos assim, é revisionista; procura retecer sempre (sempre que pode) a margem de poder disponível. Pior, todas as potências soberanas, sem excepção, são *rogue states*, como mostra Derrida, pensando em particular no Estado soberano, apesar de tudo ainda figura de proa no conjunto dos actores internacionais (Derrida, 2004: 63-71).<sup>16</sup> Desde o momento em que há soberania, há abuso de poder e *rogue State*. E neste preciso sentido não há mais que *rogue States*, *Etats voyous*, Estados-párias, Estados-canalhas. Em potência e em acto, o Estado enquanto conformado pela soberania, em função dela, não pode deixar de ser canalha.

Assim sendo, impõe-se a única conclusão pertinente: porque justamente todas as soberanias, todos actores parasitados pela soberania, são revisionistas, não há potências revisionistas; porque se todas o são, variando apenas em grau no terreno, nenhuma o é por definição tipológica. Pois, para alguma o ser, do ponto de vista estrutural, pregnante, é porque se destacaria de outra que, também estruturalmente, não poderia ser assim designada. Então, como discriminar? O conceito perde o seu objecto, o seu *definiens* e a sua pressuposta universalidade, tornando-se inútil quando não se resume a uma usança ideológica, ou meramente expedita, pragmática, na sequência trivial dos argumentos em contexto bem delimitado. Ou dito, de outra forma, o conceito ou o sintagma conceptual *potência revisionista* é tão-só abstracto, no sentido hegeliano do termo, isto é, limitado,

<sup>14</sup> As limitações de um deus mortal, tanto para quem encarna materialmente a soberania como para a figura em si, podemos-las encontrar descritas de forma magistral nas palavras do físico Viktor Shtrum para Chepizhin, em *Vida e Destino*: “diga-me, este homem do futuro superará em bondade a Cristo? E isto é o mais importante! Diga-me, que oferecerá ao mundo o poder de um ser onnipresente e omnisciente se este conserva a nossa fatuidade e egoísmo zoológicos: egoísmo de classe, de raça, de Estado, ou simplesmente individual? Não transformará este homem o mundo inteiro num campo de concentração galáctico?” (Grossman, 2009: 881).

<sup>15</sup> Para um maior desenvolvimento deste assunto, atenda-se a (Fernandes, 2017: 208-215).

<sup>16</sup> Ainda, do mesmo autor (Derrida, 2005: 126-127).



parcial, seja porque carece de objectivação, seja porque objectivado se enclausura na sua posição, obviando a marcha dialéctica, perdendo o contacto com o real, ou reduzindo muito o real visado, o que, na prática, vai dar no mesmo.

De mais a mais, não pode deixar de parecer estranha a evocação actual do conceito de *potência revisionista* face à ordem internacional vigente, se pensarmos que em relação à única super-potência, suposta garante dessa ordem, se discute o seu estatuto de excepcionalidade existencial enquanto nação, o seu destino manifesto aceite por muitos norte-americanos desde que arribaram às colónias da fachada atlântica da América do Norte.<sup>17</sup> Como compaginar a interiorização da imagem messiânica dos EUA de uma Cidade sobre a Colina, enquanto destino singular, seja na vertente isolacionista, seja na vertente interventiva, com a imagem de estabilizador de uma ordem da qual se pretende exceptuar de raiz? Claro que tudo isto parece contraditório com o mito da *translatio imperii*, de que os Estados Unidos seriam o derradeiro elo da cadeia de transmissão, fundando o americanismo uma nova ordem imperial.<sup>18</sup> A não ser que a contradição seja apenas aparente e os EUA encarnem a ordem de que sempre se exceptuam. Mas não é isso afinal aquilo que caracteriza o poder soberano, tanto para aquele que exclui como para o excluído, em perfeita simetria? Não afirmou Lord Acton, num apotegma que tende a sintetizar o atrás dito sobre a natureza do poder, que todo o poder tende a corromper e o poder absoluto corrompe absolutamente? Pois bem, na cena internacional, por mais democráticas que sejam as ideias e atitudes dos principais dirigentes da principal potência mundial, um poder absolutizado de vida e de morte à escala planetária, corrompe de um modo absoluto de forma ainda mais pregnante (Losurdo, 2016: 351-352). Por melhores e mais louváveis que sejam os seus instintos protectores, abstraindo de demais interesses, mas ainda na esfera da configuração do poder enquanto tal, a pergunta será sempre sobre quem nos protegerá da responsabilidade (por consequência sempre revisora) de proteger.

De resto, passando de uma leitura estrutural a uma leitura histórica, em sentido estrito, e se pensarmos no pano de fundo vestefaliano, são as potências preponderantes, aquelas que tendem a deter maior supremacia ou superioridade, as mais revisionistas. É claro que potências menores podem alcandorar-se, como a Prússia, na longa sequência da Guerra dos Trinta Anos. Ou então, como o expressou à maravilha o cardeal de Richelieu,

*ainda que seja comum dizer-se que quem tem a força tem, de ordinário, a razão, é todavia verdade que, juntando-se por um tratado duas potências desiguais, a maior corre maior risco de ser abandonada do que a outra. A razão de ser é evidente: a reputação é tão importante para um grande príncipe que nenhuma vantagem se lhe poderia propor que pudesse compensar a perda que ele sofreria se faltasse aos compromissos da sua palavra e da sua lealdade. E àquele cuja potência é medíocre, apesar da sua qualidade ser soberana, pode-se fazer uma proposta tão boa que provavelmente preferirá a sua utilidade à honra, o que o levará a faltar à sua obrigação para com aquele que, prevendo a sua infidelidade, não poderia sequer resolver-se a preveni-la, pois ser abandonado pelos seus aliados não*

<sup>17</sup> Acerca do emprego explícito de uma linguagem teológico-política nos EUA, veja-se (Losurdo, 2008), (Lieven, 2007), e sobretudo as reflexões do teólogo evangélico Jürgen Moltmann (Moltmann, 1987: 65-78).

<sup>18</sup> Sobre o mito da *translatio imperii* aplicado aos EUA (Losurdo, 2008: 246-247, 249-250).





*tem tantas consequências como o prejuízo que sofreria se violasse a lealdade* (Richelieu, 2008: 287).

Na realidade, e um tal cenário é ainda hoje verificável (veja-se as tentativas de justificação norte-americanas para empreender a segunda intervenção no Iraque, quando em termos de puro poder e na prática o poderiam dispensar, tendo sido o que ocorreu efectivamente ao não conseguirem um respaldo generalizado), a pose moral das grandes potências, em determinadas circunstâncias, como é o caso das alianças referidas por Richelieu, acaba por constrangê-las muito mais do que às pequenas potências, às quais é possível um comportamento oportunista, na aparência revisionista, e dessa maneira também imoral. Por consequência, a pura e simples deglutição das pequenas potências pelas grandes, num ambiente arbitrário, atomizado, de salve-se quem puder não ocorre. A célebre passagem do *Sermão de Santo António*, do padre António Vieira, onde é evocada a poderosa e justa imagem dos grandes que comem os pequenos, apesar da soberania, não pode ser empregada neste ponto de forma directa e linear (Vieira, 2001: 327-328).

De qualquer forma, o que tudo isto nos mostra não é de todo a problemática do revisionismo, antes a problemática, essa sim fundamental, ademais uma cruz para os realismos,<sup>19</sup> da *impuissance* relativa da figura soberana. Da constatação de que o próprio cerne do poder efectivo das grandes potências, assim como o raio de acção da sua soberania, dependem, numa escala maior do que estas desejariam, e não obstante os resultados comparados possíveis, de um comportamento estudado, mas também necessariamente praticado, de inibição, fruto de um *im-poder* de fundo e da intromissão ainda mais funda de um estado de paz fundador, impossível de alijar por completo, tal como atrás arguimos. No fundo, no cálculo do ser e do parecer, um cálculo que tem de ser transcrito na realidade, sob pena das expectativas não corresponderem aos papéis que cada actor se arroga, as grandes potências parecerem mais nobres aos olhos do mundo por comparação com o dúctil comportamento dos pequenos poderes. Quando não há verdadeiramente nenhum comportamento moral neste cálculo soberano, seja o soberano pequeno ou grande nas relações internacionais, e o que há de moral e constringente, inescapável mesmo para os soberanos, está francamente a montante. Não perceber isso é perceber muito pouco; é deixar-se confundir pela retórica soberana, que apresenta justificações precisamente porque não dispõe do poder suficiente para agir sem falha no silêncio, para silenciar, devendo por esse facto encetar o compromisso com o dar razões, violentando-se, expondo-se, é certo, mas ao mesmo tempo imunizando-se da maneira mais inaparente.

Frise-se, adicionalmente, e em abono do argumento, para que não restem dúvidas que, no seu afã de incremento de poder, a soberania, na medida em que é *árquica*, o é enquanto consolidadora do poder de dominação próprio da relação majestática

<sup>19</sup> A cruz dos realismos não está tanto nos pormenores, em a cena internacional, apesar da soberania, não se resumir a uma luta entre grandes e pequenos, muito menos a uma luta linear entre eles, antes na razão de fundo que explica porque as relações internacionais não são lineares no que à fricção entre potências diz respeito, e sobretudo, porque não são nem podem ser, no seu núcleo mais íntimo, uma questão de poder. Mesmo os candidatos mais fortes a tomar as relações internacionais como relações de poder, os actores soberano-governamentais, ou aqueles pelos dispositivos soberano-governamentais marcados, afinal estão tomados na raiz por uma *impuissance* ultimamente derivada de uma sororidade maior que nem eles conseguem debelar.





senhor/súbdito sem resto, e não enquanto forjadora de um determinado enquadramento particular, uma ordem dominante procurada para durar, a qual deveria ser tipologicamente designada de ordem soberana. Porque isso seria oferecer às regras entretanto estabelecidas, em rigor, impostas, uma sedimentação, uma perenidade que poria em causa o afã de alargar o raio de acção bem como a absolutez mesma do poder soberano. E se as regras impostas, a ordenação não é mais transitória ainda é porque o soberano, na condição de deus mortal, nunca consegue apresentar-se em estado puro e dilatar ao máximo o inconfessado da sua voragem de poder, de o esticar sem dissimular. Mas justamente quando dissimula, encobre, oferece justificações, dá razão de si, enceta a sua própria imunidade, não deixando de, paradoxalmente, reforçar também por esse facto a imunidade encetada, ao fazer parecer que o afã de poder seja outra coisa. Assim, todo o enquadramento, toda a ordem é provisória, instrumental e não substantiva, porquanto a soberania assenta na violação da mesma, na sua suspensão. Quer dizer, o actor soberano, ou impulsionado, ou contaminado pelos racionais soberanos define-se não pela criação de qualquer ordenamento impositivo, antes pela própria imposição em si, a dominação enquanto tal, a qual é tanto mais eficaz quanto menos barreiras sedimentadas tenha para lhe fazer frente – claro está que nada impede de designar as contínuas e sucessivas constelações do poder soberano de “ordem soberana”, por analogia formal, ou como força de expressão, com vista a facilitar a qualificação de uma determinada configuração ocorrida com a esfera política na modernidade, tanto em termos internos como externos. Mas tal procedimento dificulta mais do que esclarece aquilo que está em causa com a lógica soberana.

Se pensarmos com ponderação, nada do argumentado até aqui nesta secção sob o título *a ideia de revisionismo face ao predomínio da lógica soberana* tem algo de extraordinário, ou parece contra-intuitivo, bem pelo contrário. A analogia possível com a relação entre pais e filhos adolescentes pode ser muito ilustrativa. À partida, parece um análogo mal escolhido, porquanto a quem mais havemos de assacar o revisionismo senão à força, na aparência destemperada, do adolescente a querer ganhar espaço, não poucas vezes com resultados trágicos – estamos a pensar em culturas de abundância ou onde a guerra não viceje, porque nos restantes palcos o cenário é bem mais trágico, sem tempo para escolhas ou grandes aventuras díscolas.

Contudo, a analogia é certa. Pois se os adolescentes são, à sua maneira, revisionistas, tal como as pequenas potências, não é possível negá-lo, a quem cabe revisionismo maior senão aos pais, às grandes potências? Quem é que pode (ou a isso é obrigado), na esmagadora maioria das vezes, mudar estruturalmente a vida da família, voluntária ou involuntariamente, quando uma alteração de emprego implica uma alteração geográfica radical, com tudo o que isso implica na vida de todos, a não ser os pais? Comparativamente, o que fica a valer o finca-pé do adolescente num modo de estar e numa escolha alternativa dos amigos? No caso da submissão à droga, há um análogo revisionista mais claro. Mas também aí será o procedimento dos pais a ter ultimamente um papel decisivo na evolução da situação. E caso se dê o passamento do adolescente, num acidente, mesmo que em muito provocado por comportamentos díscolos, lá está, revisionistas, do adolescente? Só que aí entramos com a contingência, com o carácter essencialmente aberto e incompleto do mundo dos homens, razão pela qual a soberania



é um absoluto “tão só” ao nível criatural e o seu raio de acção varia.<sup>20</sup> Aí entramos, por exemplo, na temporalidade da guerra na cena internacional, com a sua imprevisibilidade, com a caótica derivada da sua consistência enquanto fenómeno específico ultimamente intratável, politico-estrategicamente falando, até para o soberano - outra das cruces dos realismos, arvorando a bandeira de um mito impossível, o da anarquia internacional.<sup>21</sup>

Se medirmos bem, a analogia comprova-se facilmente na história. Pensemos no que aconteceu na Europa oriental nos estertores da guerra fria. Não eram os Estados dependentes da URSS, e muito menos a oposição interna, a poder desestabilizar o sistema. Apenas a própria URSS o poderia fazer. E fê-lo. Mostrando uma vez mais que as maiores potências são aquelas mais capazes de ser insurgentes contra si mesmo. Ora, como a queda, internamente provocada a partir do eixo do poder, da União Soviética foi o mais radical factor de mudança da cena internacional, a União Soviética foi o maior desafiador de si mesmo, isto é, um putativo puro poder revisionista. Algo que, no caso, faz tanto sentido quanto a rábula dos gauleses a invadir a Gália, desarmando, isso sim, por dentro, a bondade do argumento da existência de potências revisionistas.

Existe ainda uma outra opção, até porque não cingimos a dignidade de sujeito político internacional, trespassado pela soberania, unicamente aos actores estaduais, referimo-nos ao terrorismo. Felizmente, o terrorismo de dignidade actorial não parece ter nada, apesar de ser um agente com franca influência na cena internacional. Para ser um actor político internacional precisaria desde logo de ser político de cabo a rabo, qualificação que dificilmente nele assenta porquanto a lógica de violência *per se* parece imperar, e tudo o mais são cristas nebulosas, ganga retórica a disfarçar o seu verdadeiro *core business*. Um actor político é aquele que edifica, o faz mantendo o *statu quo*, reformando, ou revolucionando, e não aquele que segrega parasitariamente o habitar, desedifica, faz da dogmática da violência sua dimensão fontal.<sup>22</sup> Ainda assim, mesmo que não tivéssemos razão, aí estão as conclusões da filósofa italiana Donatella Di Cesare, mesmo não a seguindo em todo o comprimento de onda, a mostrar-nos, sem de modo algum justificar o terrorismo, que este se afigura um contragolpe à auto-suficiência arrogante da modernidade, por dentro da modernidade globalizadora, tal como se apresenta (Cesare, 2017).<sup>23</sup> Significa isto que, mesmo estando perante um conglomerado genérico altamente revisionista, na aparência sem par, o revolvimento produzido pelo terrorismo nas entranhas da modernidade, a julgar pelos racionais de Di Cesare, é intrínseco à

<sup>20</sup> Acerca da ineliminável contingência das acções humanas, *vide*, entre outros (MacIntyre, 2007: 88-108).

<sup>21</sup> Sobre o mito da anarquia internacional, veja-se (Fernandes, 2012).

<sup>22</sup> Sobre o terrorismo enquanto figura do mal, atravessando o terreno da política sem ser político, veja-se (Fernandes, 2010). Pensamos que Michael Walzer vai na mesma linha ao defender que a razão pela qual nenhum programa terrorista, por indecente que seja em si mesmo, pode ser instrumento de qualquer fim político digno desse nome é que todo o fim político minimamente decente deve acolher de alguma forma as pessoas contra as quais se dirige o terrorismo. Quando o terrorismo expressa exactamente a recusa de que alguma vez essas pessoas, contra as quais se luta em nome de um pretendo grande ideal, possam vir sequer a existir no espaço a implantar desse suposto ideal (Walzer, 2004: 200). Nesse sentido, mais do que numa antevisão do totalitarismo, podem ser tomadas as palavras de Verkhovênski em *Demónios*: “toda a actividade consiste, por enquanto, em fazer ruir tudo: o Estado e a moral. Ficaremos de pé apenas nós, os predestinados para o poder: adoptaremos os inteligentes e cavalgaremos os estúpidos” (Dostoiévski, 2008: 564). Vale a pena lembrar que a obra é escrita no contexto do culto à violência do nihilismo revolucionário, sendo a personagem de Verkhovênski inspirada em Sergei Nechayev, o célebre autor do *Catecismo Revolucionário*.

<sup>23</sup> Mesmo no caso do terrorismo de inspiração islâmica a filósofa italiana argumenta com pertinência que é difícil defender tratar-se de um choque de civilizações, pois afinal é o ocidentalizado aquele que “declara guerra” ao Ocidente, cujo rechaço sente ter experimentado e por essa razão o demoniza (Cesare, 2017: 147).



modernidade, por conseguinte também dependente da configuração disruptiva (e, nesse sentido, revisionista) induzida pelas potências superiores ao longo do tempo. Porém, assim sendo, voltámos ao mesmo – de qualquer forma é necessário ter cuidado com estes putativos revolvimentos, por causa do circo mediático que impregna a nossa época. Basta estar atento às cogitações acerca de uma nova era depois dos atentados de 11 de Setembro de 2001, observando a facilidade e o deslante com que hoje a primeira punção que aparece é de imediato apelidada de *mutação* histórica.

Enfim, se perguntarmos hoje pelos Estados Unidos, como ontem poderíamos perguntar pelo Reino Unido, e no futuro, por outra potência qualquer, interrogando se acaso os Estados Unidos, tendo em conta até a muito debatida possibilidade de um carácter excepcional,<sup>24</sup> são uma potência revisionista, e se a resposta for negativa, como poderemos encarar com interesse o sintagma nocional em si de *potência revisionista*? Se nem a maior potência mundial ao tempo for revisionista, então quem poderá sê-lo?

De resto, para julgar, com um argumento final e adicional, da inanidade do sintagma *potência revisionista*, atendamos ao seguinte: como acabámos de mostrar, as potências soberanas maiores são as mais revisionistas, num senso muito genérico, sem qualificar, aquelas que tendem a revolver mais a realidade internacional. No entanto, bem sabemos ser possível uma configuração de poder unipolar – não significa que exista. Ora, essa potência unipolar, enquanto poder soberano com maior raio de acção, será necessariamente a mais revisionista de entre elas. Porém, que sentido faria apelidá-la de revisionista em face de uma “ordem” cuja configuração dirigiria à descrição?

## Concluindo

A defesa da noção de *potência revisionista* obriga, como princípio tácito, à assunção de que, reconhecendo distintos protagonistas, interesses diversos, mundividências históricas e espaciais várias, no intuito de escapar ao enviesamento ideológico, não obstante é possível encontrar uma determinada ordem, ou pelo menos uma confluência estável, um mínimo denominador comum, com os seus campeões e os seus perturbadores. Todavia, isso é já pressupor demasiado, seja porque invoca uma abstrusa ideia mecanicista de sistema nas relações internacionais, seja porque contempla marcos recorrentes suficientemente equiparáveis, numa veia determinista dificilmente compaginável com o aberto do homem no mundo. Porque se já é difícil integrar numa mesma conceptualização o mercador possidente quinhentista, o abastado comerciante chinês do Índico da mesma altura e o capitalista comercial do século XIX, o que não dizer de um espaço conceptual que só tem em comum o conceito de ordem, quando muito. Mas pior, imaginando suplantar esses obstáculos, não se dão as condições nem necessárias nem suficientes para operacionalizar a noção sintagmática de *potência revisionista*. Não se dão as condições necessárias porque os principais agentes de poder, os actores soberanos ou para-soberanos e a força mais disruptiva da cena internacional, a força bélica, são assistémicos por natureza. Outrossim, não se dão as condições

<sup>24</sup> Apesar de todas as prevenções iniciais - o juiz James Wilson, membro do Supremo Tribunal, chegou a afirmar, em 1793, que para a constituição do novel Estado norte-americano a soberania era um termo totalmente desconhecido (*apud* Arendt, 2014: 15). Os EUA acabaram por ser um país como os outros, e realmente a lógica soberana acabou por se impor. Todavia, não estamos seguros de não haver nenhuma excepcionalidade na história norte-americana, na presunção de ser possível estabelecer um padrão do mundo abraâmico, na sua vertente judaico-cristã, como aferidor.



suficientes porque os actores soberanos são todos, grandes e pequenos, e principalmente os grandes, aqueles a quem *a priori* julgaríamos poder atribuir maiores faculdades estabilizadoras, revisionistas. Ao mesmo tempo que toda a ideia de ordem subjacente que queiramos encontrar, por mais descarnada que seja, é sempre comprometida. Ao homem não foi dada a faculdade de uma *view from nowhere*, de observar à vista de pássaro, envolvido que está sempre no círculo hermenêutico da compreensão.

Ou como afiança Magris, num delicioso instantâneo a propósito de um sujeito empenhado directamente no que veio a ser a queda do Muro de Berlim, a qual, não obstante, julgava impossível a curto trecho:

*quase todos nós somos observadores cegos, relutantes ou então incapazes de acreditar que as coisas podem mudar. Tomamos a realidade, na qual estamos habituados a viver, como a natureza, como uma ordem de coisas que talvez fosse desejável, mas é ingénuo, querer mudar. Tomamos a fachada do real como a única realidade possível, definitiva, sem sentirmos aquilo que desde sempre e incessantemente preme dentro dela e continuamente a transforma – ora lentamente, quase inadvertidamente, ora de forma clamorosa. Não sentimos o caruncho que corrói a madeira, não nos apercebemos da crisálida que será um dia borboleta, não temos percepção do entupimento das artérias da História* (Magris, 2018: 94-95).

Claro que há, por fim, uma força verdadeiramente perturbadora e revisionista, ou melhor, insurgente, sendo mais rigoroso ainda, messiânica, residente no débil, na *asthêneia*, dotada de uma potência deveras desequilibrante, ainda não de todo mobilizada. Porém, essa nada tem a ver com os jogos de poder, antes com o seu fim, porque nela se joga força de rei, mas a de um rei mendigo, de um deus cigano, a do amor e da justiça a haver, que escapa a todo o registo de dominação e incoa a *metanóia*.

Assim, todos aqueles que usam, de forma consciente e reflexiva, a noção de potência revisionista, sem ser num contexto estrita e trivialmente pragmático, quase como mera força de expressão, ou ao serviço de uma ideologia ou de uma constelação de poder, antes pretendendo encontrar justificações fundacionais e orto-normativas para a mesma, deveriam antes evitar o aranzel estar calados.

## Referências

- Agamben, Giorgio (2001). *Medios sin Fin. Notas sobre la política* [trad. espanhola]. Valencia: Pre-Textos.
- Agamben, Giorgio (2006). *El Tiempo que Resta. Comentario a la Carta a los Romanos* [trad. espanhola]. Madrid: Trotta.
- Agamben, Giorgio (2008). *El Reino y la Gloria. Por una genealogía de la economía y del gobierno. Homo Sacer II, 2* [trad. espanhola]. Valencia: Pre-Textos.
- Arendt, Hannah (2014). *Sobre a Violência*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Aristóteles (2010). *Sobre a Alma in Obras Completas, Vol.III – Tomo I*. Lisboa: INCM.



- Brandom, Robert (2000). *Articulating Reasons. An introducing to inferentialism*. Cambridge, Mass: Harvard University Press.
- Cesare, Donatella Di (2017). *Terrorismo. Una guerra civil global* [trad. espanhola]. Barcelona: Gedisa.
- Derrida, Jacques (2004). *Le Souverain Bien/O Soberano Bem*, edição bilingue. Viseu: Palimage.
- Derrida, Jacques, Canallas (2005). *Dos ensayos sobre la razón* [trad. espanhola]. Madrid: Trotta.
- Dostoiévski, Fiodór (2008). *Demónios*. Lisboa: Presença.
- Dower, John (2017). *The Violent American Century. War and terror since World War II*. Chicago: Dispatch Books.
- Fernandes, António Horta (2010). "Estratégia, Guerra e Terrorismo: a inexistência de um vínculo topológico", *Nação e Defesa*, 126, 245-259.
- Fernandes, António Horta (2012). "A Anarquia Internacional: crítica de um mito realista", *Relações Internacionais*, 36, 87-104.
- Fernandes, António Horta (2017). *Livro dos Contrastes. Guerra e Política*. Porto: Fronteira do Caos.
- Figes, Orlando (2012). *Crimeia. La primera gran guerra* [trad. espanhola]. Barcelona: Edhasa.
- Galindo Hervás, Alfonso (2005). *Política y Mesianismo. Giorgio Agamben*. Madrid: Biblioteca Nueva.
- Grossman, Vasili (2009). *Vida y Destino* [trad. espanhola]. Barcelona: Delbolsillo.
- Hamilton, Alexander, Madison, James, Jay, John (2003). *O Federalista*. Lisboa: Colibri.
- Heidegger, Martin (1998). *El Ser y el Tiempo* [trad. española], undécima reimpresión. Madrid: Fondo de Cultura Económica.
- Kissinger, Henry (2013). *A World Restored. Metternich, Castlereagh and the problem of the peace 1812-22*. Brattleboro, Vt: Echo Point Books.
- Lebow, Ned e Valentino, Benjamin (2009). "Lost in Transition: a critical analysis of power transition theory", *International Relations*, 23(3), 389-410.
- Lévi-Strauss, Claude (1962). *La Pensée Sauvage*, Paris: Plon.
- Lieven, Anatole (2007). *América a Bem ou a Mal. Uma anatomia do nacionalismo americano*. Lisboa: Tinta-da-China.
- Losurdo, Domenico (2008). *El Lenguaje del Imperio. Léxico de la ideología americana* [trad. espanhola]. Madrid: Escolar y Mayo.
- Losurdo, Domenico (2016). *Un Mundo sin Guerras. La idea de paz, de las promesas del pasado a las tragedias del presente* [trad. espanhola]. Barcelona, El Viejo Topo.
- Mackinder, Halford John (1981). *Democratic Ideals and Reality. A study in political reconstruction*. Westport-Connect.: Praeger.



- Macintyre, Alasdair (2007). *After Virtue: a study in moral theory*, third edition. Notre Dame, Indiana: University of Notre Dame Press.
- Magris, Claudio (2018). *Instantâneos*. Lisboa: Quetzal.
- Marías, Javier (2017). *O Teu Rosto Amanhã*, Vol.III - *Veneno, e sombra e adeus*. Lisboa: Alfraguara.
- Meyer, Michel (1991), «. *A Problematologia. Filosofia, ciência e linguagem*. Lisboa: Dom Quixote.
- Mitzen, Jennifer (2006). "Ontological Security in World Politics: state identity and security dilemma", *European Journal of International Relations*, 12(3), 341-370.
- Moltmann, Jürgen (1987). *Teología Política. Ética Política* [trad. espanhola]. Salamanca: Sígueme.
- Nietzsche, Friedrich (1996a). *Assim Falava Zaratustra. Um livro para todos e para ninguém in Obras Escolhidas de Nietzsche*, vol.IV. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Nietzsche, Friedrich (1996b). *Humano, Demasiado Humano. Um livro para espíritos livres in Obras Escolhidas de Nietzsche*, vol.II. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Nietzsche, Friedrich (1997). *Para a Genealogia da Moral. Um escrito polémico in Obras Escolhidas de Nietzsche*, vol.VI. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Osiander, Andreas (2007). *Before the State: systemic political change in the west from the Greeks to the French revolution*. Oxford: Oxford University Press.
- Putnam, Hilary (1992). *Razão, Verdade e História*. Lisboa: Dom Quixote.
- Ricoeur, Paul (1990). "Ethique et Morale", *Revista Portuguesa de Filosofia*, tomo XLVI, fasc.I, 5-17.
- Richelieu, Cardeal de (2008). *Testamento Político Introdução e notas de Diogo Pires Aurélio*. Lisboa: Círculo de Leitores – Temas e Debates.
- Roca Barea, María Elvira (2017). *Imperiofobia y Leyenda Negra. Roma, Rusia, Estados Unidos y el imperio español*, 2ª edición. Madrid: Siruela.
- Rorty, Richard (1988). *A Filosofia e o Espelho da Natureza*. Lisboa: Dom Quixote.
- Schmitt, Carl (2009). *Teología Política* [trad. espanhola]. Madrid: Trotta.
- Schweller, Randall (2015). "Rising Power and Revisionism in Emerging International Orders", *Valdai Papers*, 16, 15pp.
- Tamayo, Juan José (2017). *Teologías del Sur. El giro descolonizador*, Madrid: Trotta.
- Vieira, Padre António (2001). *Sermões. Organização de Alcir Pécora*, Tomo I. São Paulo: Hedra.
- Waltz, Kenneth (1979). *Theory of International Politics*. Reading, Mass.: Addison – Wesley.
- Walzer, Michael (2004). *Arguing about War*. New Haven, Connec.: Yale University Press.
- Wendt, Alexander (1999). *Social Theory of International Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.